



ARTIGOS/ARTICLES

O ativismo feminista *online* no Brasil: aportes para uma agenda em construção

Online feminist activism in Brazil: contributions to an ongoing agenda

El activismo feminista en Brasil: contribuciones a una agenda en curso

Lara Rodrigues Facioli¹

orcid.org/0000-0003-4054-9631
larafacioli@yahoo.com.br

**Simone da Silva Ribeiro
Gomes²**

orcid.org/0000-0001-6461-8879
simone.gomes@ufpel.edu.br

Recebido: 27 mar. 2021.

Aprovado: 24 ago. 2021.

Publicado: 22 abr. 2022.

Resumo: O objetivo do artigo é analisar as relações entre os feminismos e as mídias digitais em um contexto de expansão do acesso à *internet* no Brasil. A partir dos desdobramentos ocorridos na última década, interessa-nos compreender como se constroem novos repertórios dos ativismos feministas nas redes digitais, com atenção às transformações sociotécnicas, tecnológicas e políticas. O material empírico resulta de duas pesquisas qualitativas, com entrevistas semiestruturadas, realizadas com ativistas feministas em Londrina e no Rio de Janeiro, combinadas com acompanhamento de interações em redes sociais. Os resultados apontam para uma (re)configuração da prática política em que a promessa do digital somada aos acontecimentos políticos posteriores às jornadas de junho de 2013 no Brasil, recompõem os diagramas e os repertórios políticos desses movimentos.

Palavras-chave: Ativismo feminista. Mídias digitais. Redes sociais.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between feminisms and digital media in the context of the expansion of Internet access in Brazil. From the developments that took place in the last decade, we are interested in understanding how new repertoires of feminist activism are constructed in digital networks, focusing on socio-technical, technological and political transformations. The empirical material results from two qualitative researches, based on semi-structured interviews, carried out with feminist activists from the cities of Londrina and Rio de Janeiro, combined with the monitoring of interactions on social networks. The research findings point to a (re) configuration of political practice in which the promise of digital takes into account the events that arose after the June 2013 journeys in Brazil.

Keywords: Feminist activism. Digital media. Social networks.

Resumen: El objetivo del artículo es analizar la relación entre feminismos y medios digitales en el contexto de la expansión del acceso a internet en Brasil. A partir de los desarrollos ocurridos en la última década, nos interesa comprender cómo se construyen nuevos repertorios de activismo feminista en las redes digitales, con atención a las transformaciones socio-técnicas, tecnológicas y políticas. El material empírico resulta de dos investigaciones cualitativas, basadas en entrevistas semiestructuradas, realizadas con activistas feministas de las ciudades de Londrina y Rio de Janeiro, combinadas con el seguimiento de las interacciones en las redes sociales. Los hallazgos de la investigación apuntan a una (re) configuración de la práctica política en la que la promesa de lo digital toma en cuenta los eventos que surgieron después de los viajes de junio de 2013 en Brasil.

Palabras clave: Feminismo digital. Mídia digital. Redes sociales.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Rio Grande (Furg), Rio Grande, RS, Brasil.

² Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

Introdução

As pessoas dizem: "A televisão alterou nosso mundo", ou "o rádio alterou o mundo" [...] Sem dúvida, todos esses inventos produziram efeitos sociais amplos e evidentes. Mas ao estender as afirmações nesse sentido, temos introduzido, às vezes, sem saber, uma categoria a mais: a dos "usos". O argumento pode, então, tomar distintas direções. Pode-se dizer que o que alterou nosso mundo não é a televisão, nem o rádio, nem a imprensa como tal, mas os usos que se faz em cada sociedade. (Williams 2016, 183).

Na internet, você tem a opção de não ler o conteúdo, de ignorar, você lança sua ideia. Por outro lado, na rede, as mulheres entenderam que não estão sozinhas passando por determinado tipo de problema. (Daniela, 30 anos, com. pess., 2017).

Os trechos acima servem como reflexões sobre os impactos que as ferramentas tecnológicas exercem na vida em sociedade. Tais transformações pressupõem tanto que as ferramentas técnicas estão inseridas em seu contexto de produção, quanto que é possível elaborar uma teoria sobre os usos sociais desses aparatos (Williams 2016). Para a feminista Daniela,³ de Londrina, a *internet* apresenta um paradoxo: por um lado, permitiu o encontro de sujeitos que compartilham de uma mesma experiência e, por outro, sua consolidação enquanto espaço público mediado, possui implicações para a atuação política de movimentos sociais.

Este artigo analisa as relações entre os movimentos feministas e as mídias digitais com acesso à *internet* no Brasil. Tendo como foco a última década, buscaremos compreender como se constroem novos repertórios do ativismo digital⁴ feminista, levando em consideração as transformações técnicas, tecnológicas e políticas ocorridas após 2013. Consideramos o repertório de ação coletiva enquanto "entendimentos, memórias e acordos compartilhados" pelos grupos, "relações sociais, significados e ações amalga-

mas em padrões conhecidos e recorrentes" (Tilly 1995, 27), mas também meios de interação entre atores distintos.

Compreendemos, neste texto, o feminismo construído por um emaranhado de interlocuções. As mudanças dos feminismos contemporâneos podem ser observadas enquanto campos discursivos de ação, noção que aponta para uma articulação discursiva por meio de "linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam" (Alvarez 2014, 19).

Isto posto, analisaremos quais as implicações da conexão para a organização política das mulheres, a (re)elaboração de seus repertórios coletivos e como estes campos de ação lidam e absorvem formas de visibilidade mediada (Thompson 2008). Atentamos para a utilização das mídias digitais e dos serviços de redes sociais, tendo em vista as especificidades que eles trazem para a ação coletiva, principalmente, em termos do reforço de uma fantasia de participação que geram (Dean 2005).

No que tange à metodologia, o trabalho qualitativo buscou compreender os repertórios ativistas produzidos nas últimas décadas. Ambas as pesquisas foram realizadas com coletivos feministas investigados pelas autoras em Londrina, Paraná, e na capital carioca, entre os anos de 2013 e 2018. Conduzidas por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e acompanhamento das redes sociais das ativistas, as pesquisas de ambas, a primeira de pós-doutorado e a segunda de doutorado, centraram-se em nuances dos ativismos feministas no Brasil, de forma mais ampla. Dentre outros espaços – físicos e digitais – em que se desenrolaram as observações, sublinhamos a Frente Feminista de Londrina e o Instituto de Formação Humana e Educação Popular (Ifhep), coletivo de educação popular,

³ Por razões de confidencialidade da pesquisa, todos os nomes das entrevistadas foram modificados no texto.

⁴ É importante mencionar que o que consideramos o adjetivo "digital", neste texto, para qualificar os feminismos conectados, não diz respeito a uma esfera virtual ou espaço *online* separado de um suposto ambiente *off-line* ou "real". O digital, entendido enquanto relação social, coloca em evidência a dimensão sociotécnica das relações, ou seja, um conjunto articulado de práticas sociais, políticas e representações cujo desempenho depende da mediação tecnológica (Sassen 2002; Nascimento 2016).

no Rio de Janeiro. Ambos foram acessados por meio da indicação de feministas nestas cidades, e, no caso de Londrina, parte das entrevistas foi conduzida partindo do contato via rede social, para encontros face a face. Adicionalmente, foram realizadas cerca de 15 entrevistas com ativistas ligadas aos movimentos sociais em questão, em distintas etapas de sua luta política.

O texto trabalha com duas gerações de mulheres que possuem entre 20 e 40 anos, um recorte etário das pesquisas que considerou ativistas jovens (20-29 anos) e experientes (até 40 anos). Assim, estas últimas foram escolhidas por terem vivenciado contextos de atuação política fora da *internet* e terem acessado a rede nos últimos anos, logo, compartilham incômodos e expectativas acerca da ação com ferramentas digitais, bem como iluminam os usos feitos da rede pelas feministas mais jovens.

Para Holanda (2018), vivenciamos, globalmente, uma quarta onda do feminismo e estes novos movimentos, que se fortalecem após 2010 e têm como marco no Brasil as manifestações de junho de 2013,⁵ convergem ao reivindicar: (i) maior horizontalidade da luta política; (ii) postura de recusa à mediação representativa dos partidos e esferas institucionais; (iii) reforço da dimensão de experiência e de narrativas individuais; e (iv) valorização da ética em detrimento da ideologia.

Em outra perspectiva, a utilização das redes sociais digitais como mecanismo de mobilização política, compartilhamento de conteúdo e circulação de repertórios constitui-se como uma novidade estratégica nos ativismos (Gohn 2011; Gomes 2019). Esses aspectos combinados permitem-nos inferir que há mudanças nos diagramas dos movimentos sociais pós-2013, com a presença cada vez mais intensa das mídias digitais, e permitem aos feminismos mobilizar novos repertórios políticos, não sem conflitos e negociações internas.

O artigo está organizado em três partes: primeiro, refletimos sobre os aspectos políticos presen-

tes na arena pública brasileira que reconfiguraram o campo do ativismo feminista, tomando o debate público sobre o termo "ideologia de gênero", e o ano de 2013, marcado pelas jornadas de junho, como eventos diacríticos; em um segundo momento, abordaremos os aspectos tecnológicos que engendram práticas e organizações políticas e consolidam diagramas que conduzem a novos repertórios; por fim, apresentaremos a dimensão sociotécnica dessas dinâmicas políticas, relevantes para a construção do universo simbólico de um novo feminismo *conectado*.

O panorama tecnopolítico: redes digitais, junho de 2013 e ideologia de gênero

O movimento feminista hoje é passado, não há nenhum propulsor para que mulheres se juntem por alguma coisa. O legado é sermos feministas sem sermos engajadas em movimentos, há uma pulverização. (Teresa, 25 anos, com. pess., 2009).

Os feminismos, entendidos no bojo dos novos movimentos sociais, têm sua gênese contestada no Brasil. Um ponto pacífico em meio às controvérsias, é que tais manifestações experimentaram uma efervescência a partir da década de 1970, ganhando novo fôlego, mais recentemente, após 2010 (Holanda 2018; Pinheiro-Machado 2019). Assim, a fala de Teresa pode ser lida com surpresa, com a constatação do impulso das pautas feministas via *internet* pós-2010 que desvinculariam, em seus termos, os indivíduos do engajamento coletivo.

Podemos identificar três momentos decisivos que marcam mudanças no feminismo no Brasil (Alvarez 2014). O primeiro remonta a 1970, caracterizado pelo fechamento político e por uma maior coesão em suas pautas, considerando sua relação com setores da esquerda e com mulheres não vinculadas. O segundo, nas décadas de 1980 e 1990, ficou marcado pela pluralização dos

⁵ Iniciadas em junho de 2013 com demandas relativas ao transporte, em várias cidades, mas que ganharam força como um evento emblemático da história sociopolítica recente no Brasil, as manifestações tinham como pauta inicial o aumento do preço do transporte de ônibus e persistiram em todo o país, com outras demandas, a saber: o fim da violência policial, a infraestrutura montada para a realização dos grandes eventos (Olimpiadas e Copa do Mundo de Futebol).

feminismos junto a grupos contra-hegemônicos. E, por fim, o movimento atual, a partir dos anos 2000, marcado por discursos e práticas horizontais e segmentadas entre distintos setores na sociedade, em uma multiplicação de campos que envolvem, mais recentemente, o acesso às mídias digitais.

Atualmente, embora marcado pela reivindicação de novos diagramas para a luta política, a transformação proposta pelas ativistas – *online* ou *offline* – enfrenta antigos desafios comuns, muitos dos quais estavam colocados também para as gerações anteriores à tecnologia. Roberta (com. pess.),⁶ ativista, do Rio de Janeiro, menciona a:

[...] grande barreira que a gente encontra hoje no feminismo é a naturalização. Tanto a naturalização das desigualdades quanto a naturalização de que "as mulheres já conquistaram tudo", não é pra querer mais nada. Então você conseguir de alguma forma, discutir, levar outras pessoas a pensarem um pouquinho sobre a sua condição, que eu acho que tem muito a ver com a sua condição na sociedade, se perceber e perceber as coisas que falam pra você, como te olham, assim e tentam te faixar o tempo todo, tem muito a ver com isso.

A fala acima evidencia alguns dos dilemas sociopolíticos apresentados pela heterogeneidade de pautas e sujeitos nas ruas com a nova organização dos feminismos brasileiros. As polissêmicas manifestações de 2013 marcaram a história do país, por apontar para a construção de novos repertórios políticos no interior dos movimentos sociais. Assim, a inflexão proporcionada pelos campos de ação – e de discurso – desses movimentos, bem como seus repertórios políticos, têm na *internet* um uso crucial para a organização e a construção de repertórios, desafiando as instituições (Alonso 2017). As manifestações tinham um caráter refratário ao estado, uma recusa em relação às lideranças e aos mediadores políticos institucionais. Foi nesta conjuntura que bandeiras

como "não me representa"; cartazes que afirmavam que "o povo unido não precisa de partido" tornaram-se emblemáticos nas *ruas* e nas *redes*.

Em pesquisa realizada com manifestantes à época, Solano (2018) percebeu que a insatisfação não se restringia somente à figura da então presidenta Dilma Rousseff, mas ao sistema político como um todo. A pluralidade de pautas era observada na presença, nas ruas, de bandeiras distintas ou mesmo opositoristas, como, por um lado, movimentos populares vinculados à demanda por distribuição de renda ou por reforma agrária e, por outro, *slogans* contrários a políticas de ações afirmativas e ao Programa Bolsa Família (PBF).

Os movimentos de 2013 são produzidos com ênfase em ações individuais que ganham sentido quando mobilizadas por meio das redes sociais digitais. No caso brasileiro, o boom da *internet* pós-2010 e a popularização do acesso aos *smartphones*, são elementos que constituem o ambiente de expansão de demandas, organização de pautas e congregação de audiências dos movimentos sociais. Esta forma de organização pelas mídias pode ser compreendida como parte de um movimento social de protesto (Gohn 2014, 435). Assim, além de mais demandas e dos tensionamentos nas antigas formas de organização, é importante sublinhar a nova conjuntura. Essa é marcada por novas audiências que adentraram uma esfera pública tecnomediatizada (Miskolci 2021). A amplificação de tais demandas no interior de parte dos movimentos sociais, incluindo os feminismos, coincide com a expansão das políticas governamentais⁷ de acesso aos *smartphones* e uma estrutura tecnológica que permitiu aos sujeitos também produzir conteúdo.

No que toca à utilização da *internet*, a rede também apresenta como característica processos de segmentação de audiências e públicos, que organizam pessoas e grupos em torno de

⁶ Jovem feminista ativa em um coletivo desde o início dos anos 2000, no Rio de Janeiro.

⁷ A popularização do acesso às tecnologias digitais acontece por meio da utilização dos *smartphones* e tem como marco também 2013, quando a presidenta Dilma Rousseff (PT) assinou um decreto que zerou as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de *smartphones*. Tal redução baixou o preço desses equipamentos em 30%, no caso dos importados, fazendo girar o mercado interno deste produto. Amato, Fabio. 2013. Decreto reduz a zero PIS e Cofins sobre smartphones. *Globo G1*, 9 abr. 2013. Acessado em 12 mar. 2020, <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/decreto-reduz-zero-pis-e-cofins-sobre-celular-que-acessa-internet.html>.

interesses comuns. Esta nova organização se traduziu na criação de nichos de atuação política e exposição de pautas dos diversos movimentos feministas. Tais mudanças tecnopolíticas se coadunam com a discussão sobre gênero no cenário político latino-americano das últimas duas décadas, notadamente no Brasil. Internamente ao campo dos feminismos contemporâneos, há a consolidação de oposição a um diagrama de gênero pautado por pânicos morais, expressos no termo "ideologia de gênero".

A América Latina surge como um *front* da batalha desenhado pela reação de setores conservadores da Igreja Católica, a partir das conquistas da política de gênero alcançadas na primeira década do século 21. Assim, pautas como a descriminalização do aborto e o reconhecimento de casais do mesmo sexo ou a inclusão da educação sexual nas escolas passaram a ocupar o centro destas batalhas morais. No Brasil, essa discussão surge em 2011, ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF), reconheceu o casamento entre pessoas do mesmo sexo, e ganha popularidade em meio às reações por parte de grupos religiosos e fundamentalistas à distribuição de materiais paradidáticos com temática de combate à homofobia no ambiente escolar. Nestas controvérsias, aquilo que em um primeiro momento havia sido pensado como uma espécie de "kit anti-homofobia" foi vulgarmente popularizado como "kit gay".⁸ O material consistia em parte das iniciativas do Programa Escola Sem Homofobia, contudo foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff. Nos anos seguintes, a ideologia de gênero já havia se popularizado na mídia televisiva, na imprensa corporativa, em páginas e grupos nas redes sociais e foi pauta das discussões que envolveram o Plano Nacional de Educação (PNE) e sua tramitação no Congresso.

Os desdobramentos após 2010 apontam para

pautas morais direcionadas a combater os tímidos avanços no campo dos Direitos Humanos, em especial, àqueles destinados a oferecer garantias a grupos negros, LGBTQ's e mulheres. As disputas em torno da ideologia de gênero impulsionaram os movimentos feministas, fundamentalmente organizados pelas redes sociais, em uma guinada reativa de atuação via plataformas digitais. É importante considerar que a disputa se dá não somente em termos de organização, mas em termos simbólicos, semióticos, em formato de textos, vídeos, *hashtags* e memes.⁹

A ativista Maria, de Londrina, afirma que a reação às investidas dos movimentos conservadores unificou grupos anteriormente divergentes. O termo gênero passou de conceito restrito a um campo específico de estudos – os estudos de gênero – para uma disputa estabelecida entre sujeitos políticos.

Se antes nós tínhamos grandes conflitos em torno de quem era o sujeito do feminismo de Londrina, se tínhamos muitas divergências a respeito, por exemplo, da presença ou ausência das pessoas transexuais nestes movimentos, com o avanço das pautas reacionárias, nós deixamos de lado essas diferenças. (Maria, com. pess., 2017).

Neste cenário, as jornadas de junho de 2013 e a reação feminista se inter cruzam em uma tentativa de barrar os retrocessos nas políticas educacionais de gênero como o solo da organização política das mulheres. Os novos repertórios feministas não podem ser elaborados sem a compreensão das mudanças de diagrama na própria maneira de vivenciar a prática política. Nesse sentido, abordaremos a seguir a mobilização das tecnologias digitais para o encontro, circulação de conteúdos e repertórios políticos dos feminismos.

⁸ Escola sem Homofobia, por vezes referido pejorativamente como "kit gay", foi uma iniciativa não governamental proposta para integrar o Programa Brasil sem Homofobia do governo federal brasileiro, no ano de 2010. Era composto por material didático com conjunto de diretrizes criadas pelo Ministério da Educação do Brasil (MEC), elaboradas pelo Ministério dos Direitos Humanos em parceria com entidades não governamentais e apoiadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que visava a promover a cidadania e os direitos humanos da comunidade LGBT. Soares, Wellington. 2015. Conheça o "kit gay" vetado pelo governo federal em 2011. *Nova Escola*, 1 fev. 2015. Acessado em 21 mar. 2020, <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>.

⁹ Um exemplo significativo desses confrontos visuais são os *memes*.

A internet técnica, a política e os feminismos

A Primavera Árabe e o movimento *Occupy Wall Street* ficaram conhecidos como redes de indignação e esperança (Castells 2013), com a utilização das plataformas digitais como uma de suas características, fundamentais para a construção da reação ao conservadorismo no mundo. Em um primeiro momento, a *internet* foi encarada como ferramenta promissora, cujo potencial residia em dirimir desigualdades em uma suposta "aldeia global" (Castells 1999; Levy 2010).

Na década de 1990, o ciberespaço (Levy 2010) se constituía como uma chave interpretativa em uma perspectiva otimista de que a tecnologia se apresentava como espaço aberto e em rede, de trocas e circulações integradoras. A *internet* era vista como ferramenta capaz de produzir uma revolução tecnológica e social, uma vez que ela seria a base para a criação de novas formas de relações sociais (Castells 2013). Os movimentos feministas à época apresentavam perspectivas *cyber* entusiastas acerca das consequências do desenvolvimento tecnológico na vida das mulheres:

As posições de VNS¹⁰ [...] creem que a aliança entre mulheres e máquinas irá desembocar em uma ciberrevolução, e são animados por um quase entusiasmo incondicional nos confrontos do ciberespaço, no qual veem um território potencialmente livre da penetração masculina. (Timeto 2019, 11).

Nessa década, Donna Haraway (2000) e sua metáfora do ciborgue lançam luz à tecnologia como um elemento relevante para a emancipação das mulheres e a perspectiva *cyber* é absorvida pelos movimentos de mulheres organizados em torno da tecnologia, como no caso do trecho do manifesto supracitado. Crítica ao ciberfeminismo, Wajcman (2004) cunha o termo tecnofeminismo para sublinhar uma relação mutuamente conformadora entre gênero e tecnologia, em que esta seria fonte e consequência das relações de gênero. Desta perspectiva, artefatos tecnológicos

devem ser concebidos como objetos sociotécnicos que ganham significado no momento em que se incorporam à vida cotidiana e começam a ser usados pelas pessoas. Para ela:

O tecnofeminismo deve criar uma ponte entre as metáforas e a realidade material. A tecnologia deve ser entendida como uma parte do tecido social que mantém unida a sociedade. Ou seja, a tecnologia é sempre um produto sócio-material - uma rede contínua ou network - no qual se combinam artefatos, pessoas, organizações, saberes e significados culturais. (Wajcman 2004, 106).

Da mesma forma que Wajcman (2004), análises contemporâneas divergem do entusiasmo de outrora ao apontar os limites desse tipo de interpretação sobre a relação da política com as mídias digitais. Elas se afastam do determinismo tecnológico e essa mudança de paradigma decorre de uma maior clareza sobre o funcionamento da tecnologia e do desenvolvimento técnico de estrutura de modulação algorítmica (Silveira 2019). Em relação ao feminismo conectado, inferimos que as redes sociais e as plataformas comerciais criam bolhas de opinião, modulam usos, ao mesmo tempo em que engendram a privatização da política e sua inserção em uma gramática moral com potencial de desestabilizar contextos democráticos (Machado e Miskolci 2019). Para os autores, a arquitetura das redes sociais "favorecem uma agência política de soluções pessoais para problemas sistêmicos" e "permitem a construção de grupos políticos que tiram vantagem do ecossistema das plataformas para manipular notícias, estabelecer agendas e propagandear suas ideias, aumentando a desinformação e promovendo polarização" (Machado e Miskolci 2019, 958).

Assim, embora utilizada por coletivos e ativistas para a organização política, circulação de repertórios e informações, as redes sociais são elaboradas com finalidade comercial. Como aponta Dean (2005), em sua noção de fantasia da participação, a rede tem como característica

¹⁰ O VNS Matrix consistiu em um grupo feminista australiano considerado um dos primeiros movimentos de *cyberfeministas* e primeiro grupo a utilizar essa nomenclatura para se referir à sua atuação na *internet*.

a integração a um grupo definido por afinidade, somado à sensação de atividade política que se desenvolve ao compartilhar conteúdos. Isso culmina em uma forma despolitizante de percepção da política, precisamente pois não necessariamente reverbera em efeitos institucionais e mudança social.

A compreensão de Dean (2005) pode ser pensada em continuidade com as formulações do capitalismo de vigilância (Zuboff 2015), cujo recorte histórico – a primeira metade do século 21 – diz respeito à nova lógica de acumulação que prevê e modifica o comportamento dos seres humanos de forma a produzir receitas e controlar o mercado. A extração de dados prevista no *Big Data*¹¹ tem seu imperativo econômico como forma de acumulação e uma de suas características fundamentais é a automação generalizada, antes circunscrita ao ambiente de trabalho e hoje presente também em meio à atuação política. Assim, as figuras políticas de sucesso que resultam de uma dinâmica social ainda recente de conexão não dependem de uma carreira construída no interior das fileiras partidárias, sindicatos, organizações de bairro, e sim em sua habilidade em se comunicar com a opinião pública dentro de segmentos de rede capazes de congregar pautas e audiências (Manin 1997).

O digital não se define somente por sua dimensão técnica, mas social e política e, buscamos aqui compreender os efeitos da presença das mídias digitais para arranjos políticos recentes. Adiante abordaremos como a articulação entre mídias digitais e política se expressa no ativismo feminista brasileiro.

Novos repertórios políticos, negociações e mal-estares nos feminismos conectados

O objetivo é união e equidade. todos os temas que abrangem as mulheres são pautas válidas. Todas estão aqui pra aprender e evoluir.

Sabemos das dificuldades diferentes entre cores, raças, classes, corpos. mas aqui temos a mesma voz. Com respeito e gentileza vamos juntas.¹²

Somos feministas marxistas. Na luta por um feminismo de gênero, classe e raça.¹³

Uma busca nas redes sociais com o termo “feminismo” nos mostra a amplitude das discussões dos feminismos presentes na *internet*. Os excertos acima foram retirados de descrições de páginas do Instagram e do Facebook com muitos seguidores e postagens. Tal aspecto segmentado dos movimentos, embora intensificado com o advento das mídias digitais, não é inédito. Muitas tensões esgarçam a convivência de mulheres de diferentes classes sociais e alteram as práticas feministas nos seus movimentos organizados (Costa 2009).

Pesquisadoras examinam uma variedade de maneiras pelas quais as mídias sociais se transformam em oportunidades significativas de reivindicar agência e poder, ainda que cercada por contingências específicas, em contextos sócio-históricos localizados (Boyd 2014). Também, o fato de tornar visíveis as ações e os acontecimentos, por meio das mídias digitais consiste em “uma estratégia explícita por parte daqueles que bem sabem ser a visibilidade mediada uma arma possível no enfrentamento das lutas diárias” (Thompson 2008, 16). Para Thompson, a visibilidade mediada fundamenta parcialmente as lutas. O uso de plataformas *online* por ativistas é central nas mobilizações para protestos específicos e, mais do que isso, argumentamos que elas se constroem enquanto forma de garantir visibilidade para demandas e pautas políticas.

As mídias ocupam, nesses termos, uma brecha histórica deixada pelas fragilidades nos processos democráticos para espaços de fala, escuta, reivindicações de direito ou denúncias. No Brasil, este fenômeno constrói uma relação íntima dos sujeitos com essas tecnologias que não se res-

¹¹ Área do conhecimento que estuda as informações a partir de conjuntos de dados grandes demais para serem analisados por sistemas tradicionais, tendo em vista o crescimento exponencial da quantidade de dados gerados.

¹² Feminismo para todas. 2021. Facebook. 11 jul. 2020. Acessado em 15 jan. 2021, <https://www.facebook.com/groups/730811670987137>.

¹³ Feminismo sem Demagogia. 2021. Instagram. 23 mar. 2018. Acessado em 17 jan. 2021, https://www.instagram.com/feminismo_sem_demagogia.

tringem às digitais. A expectativa depositada nos veículos de comunicação, para a resolução de problemas individuais é um exemplo, em bairros e cidades. Programas como "Aqui e Agora", veiculado nos anos 1990 e cujo apresentador era o jornalista Gil Gomes, com o *slogan* "um jornal vibrante, uma arma do povo, que mostra na TV a vida como ela é", tinha como característica o recebimento de vídeos amadores de situações cotidianas, com caráter de denúncia de problemas diversos.

Fenômenos como esse se estendem às mídias digitais com a significativa diferença de que, *online*, o sujeito pode criar seu próprio espaço de demandas e denúncias, de forma a congregar audiências para pautas específicas. A Frente Feminista de Londrina, que segue ativa e engajou candidaturas de militantes por alguns partidos, no contexto das eleições de 2020, teve a criação de um grupo no aplicativo WhatsApp em 2017, seguido pelas páginas no Facebook e no Instagram. Da mesma forma, o Ifhep seguiu esse roteiro no Rio de Janeiro, implicando mudanças em suas reuniões e deliberações.

Na Frente há, frequentemente, mal-estares com as dinâmicas em rede ou mesmo em reuniões presenciais. No contexto eleitoral de 2018, os lamentos sobre a dimensão organizativa do grupo evidenciaram um incômodo com o que seria a ingenuidade que o campo progressista teria tanto em relação aos usos políticos da *internet*; quanto com a força que os grupos conservadores tinham em rede. Quando questionada sobre a relação entre feminismo e *internet*, Daniela (com. pess., 2018), feminista de Londrina afirmou:

A internet é como uma janela aberta, um varal de ideias. Não é como no espaço público de organização feminista, onde a gente se encontra, todo mundo fala, tem tempo de fala e as pessoas ouvem. Na internet, você tem a opção de não ler o conteúdo, de ignorar, você lança sua ideia. Por outro lado, na rede, as mulheres entenderam que não estão sozinhas passando por determinado tipo de problema.

A percepção de Daniela, de existir uma diferença entre a prática política desconectada e àquela mediada pela tecnologia, corrobora

pesquisas que evidenciam como a estrutura midiática enseja novas posturas políticas (Silveira 2019; Miskolci 2021). A própria dinâmica de funcionamento da rede intensifica ou radicaliza a posição do sujeito selecionador (Illouz 2011) que escolhe não somente quem terá nas suas redes, mas o que dizer e quando.

Conquanto a escolha seja limitada pela articulação das ferramentas algorítmicas, a suposta autonomia do eu frente à tecnologia é estimulada pela arquitetura conectiva. A estrutura midiática promove uma postura de protagonismo individual em que os indivíduos são o centro do debate, bem como suas falas, vídeos, imagens promotoras (ou não) de engajamento. A dinâmica de bloqueios temporários ou permanentes, a seleção de postagens sobre as quais investir e a mobilização de ferramentas técnicas e simbólicas para melhorar *posts*, cartazes e memes são estratégias que aparecem na prática política conectada.

A dinâmica política em rede difere de uma reunião presencial cujo domínio das falas é a base da organização de encontros de grupos políticos e se mostra mais direcionados à produção de uma ação comunicativa. Daniela aponta, em seus mal-estares com a militância na *internet*, uma postura de seleção do que será visto e sobre o que se dispensará certa energia política, uma especificidade da conexão.

Para compreender o surgimento desses repertórios de domínio técnico da plataforma é necessário lançar luz à articulação estabelecida entre a tecnologia e o contexto social, político e cultural no qual ela se insere. A gestão da visibilidade e o eu selecionador se fundamentam em um caráter ideológico e simbólico que reforça, na esfera política, identidades e construção de noções como empoderamento e protagonismo, centrais para os feminismos dos últimos anos. Existe uma articulação de valores dispares como a "emancipação feminina com vistas à construção de um mundo mais justo, igualitário e livre, de um lado, e as novas formas de distinção, opressão e subordinação associadas ao capitalismo global, flexível ou neoliberal, de outro" (Hamlin e Peters 2018, 170).

Assim, a resposta da publicidade às demandas de emancipação das mulheres, foi "introduzir temáticas feministas nas mensagens publicitárias pela via estetizante típica da propaganda, na qual os produtos anunciados são vinculados a signos expressivos de liberdade, independência e autonomia" (Hamlin e Peters 2018, 173). Tal processo fez com que o feminismo passasse de um movimento restrito à esfera política de grupos intelectualizados para identidades acessíveis sob a chave do "empoderamento" via consumo e que reforça liberdades individuais.

Observamos a transformação de uma pauta coletivista com vistas à mudança política para uma acepção crescentemente individualizada, associada a ideais de realização, sucesso e autonomia pessoais. Estes aspectos, já impulsionados pela relação entre ativismos feministas e mídias de *broadcasting*, ganham novo fôlego na *internet*, uma vez que são motivados por uma conexão altamente concentrada no indivíduo, em suas escolhas e menos em mediadores da política institucional.

Novamente, o exemplo da Frente, em Londrina, aparece com os conflitos relacionados à exposição das legendas partidárias das ativistas. O WhatsApp da Frente congregava mulheres ligadas ou não a partidos diversos do campo progressista, porém, a exposição de discussões partidárias era malvista no grupo e suplantada por afirmações como "a frente é apartidária". O suporte tecnológico concedido a grupos como esse parece consistir na reunião de sujeitos que, apesar de suas divergências, comportam afinidades políticas.

Essa equação estabelecida entre o individual e o coletivo nos ajuda a pensar na dimensão do protagonismo, muito presente em grupos de mulheres conectadas em rede, cuja estrutura

midiática, de elaboração de perfis, conduz à constante visibilidade ou a um show do eu (Sibilia 2008) e à fabricação de uma autoimagem em rede. A valorização das experiências individuais e a consolidação de uma performance identitária – empoderada – também impacta na cena pública dos ativismos.

Nesse sentido, há a construção de protagonismos de sujeitos específicos que podem ou não se vincular a coletivos políticos, mas que assumem posições enquanto *webcelebridades*, *digital influencers* e *youtubers*. Esse fenômeno nos permite observar que, em rede, as fronteiras entre política e mercado parecem mais porosas e pressupõem, das figuras políticas, uma performance não só de domínio técnico, mas cujo repertório seja capaz de promover engajamento, sendo este último, gerador de capitalização, por meio das próprias plataformas como Instagram, YouTube e TikTok ou por meio de patrocínios diversos.¹⁴

As características tecnológicas e midiáticas das redes sociais parecem ter auxiliado de forma significativa uma mudança de nossa gramática política. Por um lado, ampliam oportunidades para a criação de grupos. Por outro, a estrutura conectiva das mídias e a visibilidade que projeta o indivíduo em um contexto de "autopromoção" parece não reverberar na ocupação, por parte desses coletivos, da política institucional. Este aspecto se evidencia no resultado das eleições de 2020 que, embora tenha impulsionado mais candidatas na disputa pelos legislativos e executivos municipais, apresentou o tímido avanço de 1% de eleitas, se comparado às eleições de mulheres no ano de 2016, para o executivo das grandes cidades.¹⁵ Da mesma forma, no legislativo federal, por exemplo, a maioria da bancada feminina assume posições conservadoras.¹⁶

¹⁴ Um dos exemplos que podemos mencionar sobre conflitos decorrentes da porosidade das fronteiras entre política, militância e mercado ocorreu com a filósofa Djamilia Ribeiro, no ano de 2020, após uma postagem em sua rede social na qual fazia propaganda para a empresa de transporte por aplicativo, a 99, concorrente da Uber. Integrantes de outros setores dos movimentos negros criticaram a escritora atentando para certa incoerência em sua discussão política acerca dos direitos da população negra brasileira, ao mesmo tempo em que se engajava em divulgação de empresa conhecida por processos de precarização do trabalho.

¹⁵ Martins, Flávia B. e Vitória Régia da Silva. Conheça as Eleitas. *Gênero e Número*, 28 nov. 2020. Acessado em 20 fev. 2021. <https://generonumero.media/eleicoes2020>.

¹⁶ De acordo com Dados do Radar do Congresso, iniciativa do site Congresso em Foco, de 77 deputadas, 55 votaram a favor do governo de Jair Bolsonaro em ao menos 50% dos projetos de interesse do Palácio do Planalto nos primeiros dois anos desta legislatura. Tratou, se de uma mudança em relação as legislaturas anteriores em que as mulheres tendiam a posicionamentos progressistas. Teófilo, Sarah.

Considerações finais

A relação dos ativismos com as mídias digitais, tal como a estrutura pública ou semipública dos serviços de redes sociais tem viabilizado outras maneiras de perceber, de experimentar e de gerenciar a organização política, estabelecer estratégias, congregar audiências, consolidar formas de comunicação e construir novos repertórios de atuação política.

Se no começo dos anos 2000, as análises que tinham a *internet* como objeto eram otimistas, nos últimos anos a reconfiguração do espaço público mediado e midiático é considerada a responsável pelo aumento da vigilância, *algoritarismos* (Sabariego, Amaral e Salles 2020), e a consolidação de uma visibilidade mediada. Estes processos interferem nas práticas políticas, reconfigurando os feminismos e impulsionando o apagamento das fronteiras entre política e mercado.

O artigo propôs apontamentos sobre a relação desses ativismos com as mídias digitais, especificamente, aquelas que acessam redes sociais. Evidenciamos como aspectos políticos dos últimos anos, somados à centralidade da pauta de gênero na esfera pública brasileira e a dimensão técnica das conexões constroem e reelaboram diagramas no interior desses movimentos que impulsionam a criação de novos repertórios, mas também mal estares, negociações, conflitos, que envolvem os usos políticos das mídias.

A reação conservadora ao avanço da pauta de gênero na sociedade brasileira ficou explícita na tentativa de desmonte das políticas públicas de gênero, e na disseminação de um pânico moral difundido por atores políticos e religiosos e motivou a organização e o fortalecimento dos movimentos de mulheres. Por outro lado, reconhecemos as dificuldades que a presença das mídias digitais no cotidiano desses sujeitos traz para suas formas de organização e de atuação, por vezes, transformando gramáticas e percepções acerca da dimensão coletiva e da esfera pública.

A estrutura conectiva, ao mesmo tempo que facilita a circulação de informação, provoca um redimensionamento dos repertórios políticos com a consolidação de uma visibilidade mediada e de uma fantasia de participação que tensiona as ativistas e as conduzem por repertórios mercadológicos e neoliberais via engajamento, empoderamento e protagonismos individuais.

Referências

- Alonso, Angela. 2017. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap* 49-58. <https://doi.org/10.25091/S01013300201700040006>.
- Alvarez, Sonia E. 2014. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu* 43: 13-56. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>.
- Boyd, Danah. 2014. *It's complicated: the social lives of networked teens*. Londres: Yale University Press.
- Costa, Suely G. 2009. Onda, rizoma e 'sororidade' como metáforas: representações de mulheres e dos feminismos (Paris, Rio de Janeiro: anos 70/80 do século 20). *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis* 6 (2): 1-29. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n2p1>.
- Castells, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, Manuel. 2013. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Dean, Jodi. 2005. Communicative capitalism: circulation and the foreclosure of politics. *Cultural Politics* 1 (1): 51-73. <https://doi.org/10.2752/174321905778054845>.
- Gohn, Maria da Glória. 2011. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* 16 (47): 333-513. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.
- Gohn, Maria da Glória. 2014. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. *Caderno CRH* 27 (71): 431-41. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000200013>.
- Gomes, Simone. 2019. Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio De Janeiro (Brasil) e em Guerrero (México). *Plural* 25 (2): 112-27. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.147250>.
- Hamlin, Cynthia e Gabriel Peters. 2018. Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento da publicidade voltada para mulheres. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política* 103: 167-202. <https://doi.org/10.1590/0102-138/103>.

Haraway, Donna. 2000. *Manifesto ciborgue. Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica.

Holanda, Heloisa B. de. 2018. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Illouz, Eva. 2011. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar.

Levy, Pierre. 2010. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

Machado, Jorge e Richard Miskolci. 2019. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia Antropologia* 9 (3): 945-70. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>.

Manin, Bernard. 1997. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press.

Miskolci, Richard. 2021. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. São Paulo: Autêntica.

Nascimento, Leonardo. 2016. A Sociologia digital: um desafio para o século 21. *Sociologias* 18 (41): 216-41. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004111>.

Pinheiro-Machado, Rosana. 2019. *Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta.

Sabariago, Jesús, Augusto J. do Amaral e Eduardo B. C. Salles. 2020. *Algoritmos*. São Paulo: Tirant lo Blanch.

Sassen, Saskia. 2002. Towards a Sociology of Information Technology. *Current Sociology* 50 (3): 365-88. <https://doi.org/10.1177/0011392102050003005>.

Sibilia, Paula. 2008. *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Silveira, Sérgio A. 2019. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc.

Solano, Esther. 2018. Crise da democracia e extremismos de direita. *Análise* 42: 1-29.

Tilly, Charles. 1995. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In *Repertoires and cycles of collective action*, organizado por Mark Traugott, 89-116. Durham: Duke University Press.

Thompson, John. 2008. A nova visibilidade. *Matrizes* 1 (2):15-38. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>.

Timeto, Federica. 2019. Por uma teoria do ciberfeminismo hoje: da utopia tecnocientífica à crítica situada do ciberespaço. *Porto Arte: Revista de Artes Visuais* 24 (40): 1-27. <https://doi.org/10.22456/2179-8001.95974>.

Wajcman, Judy. 2004. *TechnoFeminism*. Cambridge: Polity Press.

Williams, Raymond. 2016. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo.

Zuboff, Shoshana. 2015. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. *Journal of Information Technology* 30: 75-89. <https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>.

Lara Rodrigues Facioli

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, SP, Brasil. Professora da Universidade Federal de Rio Grande (Furg), Rio Grande, RS, Brasil. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação das autoras antes da publicação.